

Petróleo em benefício do povo brasileiro

Novo marco regulatório deve garantir a soberania energética do país e o controle social das riquezas produzidas

Controle estatal sobre as reservas de petróleo e gás, garantia da soberania energética do país e da autodeterminação do povo brasileiro, utilização destes recursos estratégicos em benefício da população, fortalecimento da Petrobrás enquanto empresa pública. Estes são alguns dos eixos que a FUP e a CUT defendem para o novo marco regulatório do setor petróleo no Brasil. Tanto a Federação, quanto a Central apontaram em seus recentes fóruns de deliberação a urgência de um amplo debate nacional, mobilizando toda a sociedade para garantirmos que as mudanças na legislação sejam em prol do povo brasileiro.

O XIV CONFUP aprovou que a principal bandeira de luta da categoria petroleira neste momento deve ser a construção de um novo marco regulatório que se contraponha ao modelo neoliberal herdado do governo FHC. A 12ª Plenária Nacional da CUT também destaca em suas resoluções a importância e urgência desta questão. A defesa da soberania tem marcado historicamente as principais lutas da classe trabalhadora, estudantes, movimentos sociais e tantos outros patriotas e nacionalistas que se mobilizaram contra a revisão constitucional na década de 80, a quebra do monopólio estatal do petróleo e as privatizações nos anos 90.

As mobilizações mais recentes pela suspensão dos leilões de blocos de petróleo e gás trouxeram novamente à tona a necessidade e urgência de um amplo movimento nacional em defesa da soberania. As imensas reservas de petróleo e gás descobertas na camada pré-sal da costa brasileira impõem novas frentes de luta para a

classe trabalhadora e os movimentos sociais. Precisamos, portanto, estar inseridos na construção do novo marco regulatório para o setor petróleo.

Este é o momento de estabelecermos as condições necessárias para garantirmos efetivamente a soberania nacional, através do controle estatal do petróleo e gás brasileiros e de um novo

Especulações e guerras de interesses

Nas últimas semanas, os especuladores e lobistas, travestidos de especialistas, consultores e analistas do mercado financeiro, começaram a dar plantões diários nos meios de comunicação, palpitando sobre o novo marco regulatório. Tema que até algum tempo atrás jamais pautaria a mídia brasileira, como está ocorrendo agora. Nos bastidores do debate, fica evidente a guerra de interesses que envolvem os empresários do setor no Brasil e no mundo, os acionistas privados da Petrobrás, os investidores e os especuladores do

mercado financeiro. modelo de desenvolvimento social e econômico, que tenha como foco a distribuição de renda, a valorização do trabalho e a sustentabilidade ambiental. As riquezas geradas pelo petróleo devem ser utilizadas prioritariamente na construção de políticas sociais que resgatem as dívidas que o país tem com as populações pobres.

mercado financeiro.

Os reais interesses nacionais, como a soberania energética do país e a utilização das riquezas do pré-sal em benefício da população, são tratados pela mídia como discurso político pré-eleitoral, quando na verdade deveriam ser o foco principal deste debate. Os prejuízos econômicos e sociais que a atual lei do petróleo impôs ao Brasil são o outro viés da discussão, que também não interessa aos meios de comunicação aprofundar ou sequer abordar neste debate.

Suspensão imediata dos leilões

Discutir uma nova legislação para o setor petróleo e continuar permitindo que as multinacionais se apropriem das nossas reservas é no mínimo incoerente. É fundamental, portanto, que o governo suspenda imediatamente as rodadas de licitação dos blocos petrolíferos.

A FUP deixou claro o seu posicionamento em relação a esta questão nas recentes reuniões que teve com o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli (no último dia 13), e os ministros Paulo Bernardo (Planejamento) e Luis Dulci (Secretaria Geral da Presi-

dência da República), no final de julho. A Federação também cobrou a participação dos trabalhadores nos debates feitos pela Comissão Interministerial criada pelo presidente Lula para estudar uma nova legislação para o setor petróleo.

Os ministros se comprometeram a garantir que as propostas da FUP sejam apresentadas à Comissão, que tem prazo até o final de setembro para concluir os estudos. A Comissão Interministerial é composta pelos ministros de Minas e Energia, da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda, além dos presidentes da Petrobrás, ANP e BNDES.

FUP discute novo marco regulatório com o presidente da Petrobrás

A Coordenação da FUP reuniu-se no último dia 13 com o presidente da Petrobrás para apresentar a nova gestão da Federação e pautar na direção da empresa algumas questões de relevância para o movimento sindical petroleiro. A construção do novo marco regulatório, as condições de saúde e segurança dos trabalhadores próprios e terceirizados, a reforma da Lei 5.811/72 (que regulamenta as relações

de trabalho no setor petróleo), entre outras questões foram aprofundadas pelos dirigentes da FUP na reunião com José Sérgio Gabrielli.

Pagamento dos dias parados

A Federação cobrou diretamente ao presidente da Petrobrás o pagamento dos dias parados em julho, em função da greve na Bacia de Campos,

das paralisações de 48 horas e da vigília realizadas nas demais bases do país. José Sérgio Gabrielli não concordou com o pleito, argumentando que há uma decisão unânime na diretoria da empresa contrária ao pagamento dos dias parados. A FUP destacou que esta reivindicação é deliberação do XIV CONFUP e que pautará o pagamento dos dias parados na campanha reivindicatória.

Repactuação do Plano Petros

Divisionistas não conseguem impugnar transação judicial. Juiz e Ministério Público rejeitam pedido de suspeição da perícia

Em despacho publicado no último dia 08, o juiz da 18ª Vara Civil do Rio de Janeiro rejeita o pedido de suspeição da perita responsável pelo laudo atuarial que comprova as dívidas bilionárias que a Petrobrás e suas subsidiárias têm com o Plano Petros (mais de R\$ 9,8 bilhões). Na audiência realizada no dia 28 de julho, os sindicatos divisionistas que integram a Ação Civil Pública da FUP (Litoral Paulista e Pará) colocaram sob suspeita a idoneidade da perita que foi nomeada pela justiça. O pedido de suspeição foi rebatido pelo Ministério Público na própria audiência, mas poderia ter inviabilizado todo o teor da Ação, caso fosse aceito pelo juiz, já que a suspeição da perita fatalmente levaria à impugnação do seu laudo atuarial.

Os autores da Ação Civil Pública, que são a FUP e os sindicatos, deveriam mais do que nunca estar unidos neste momento, lutando para que as dívidas do Plano Petros sejam pagas o quanto antes. Os divisionistas, no entanto, fazem exatamente o oposto: tentam inviabilizar a homologação da transação judicial que fará com que a Petrobrás e subsidiárias aporem mais de R\$ 6 bilhões para o plano, quitando parte considerável das dívidas cobra-

das na Ação.

No próximo dia 25, haverá uma nova audiência na justiça para que todas as partes - FUP, Sindicatos, Petrobrás e Petros - esclareçam as últimas dúvidas do juiz, possibilitando que a transação judicial seja finalmente homologada e as alterações no regulamento do Plano Petros, implementadas. A repactuação é fruto de um acordo histórico, referendado por mais de 58 mil participantes e assistidos do plano, que aguardam há cerca de um ano os benefícios do acordo: revisão das pensões, redução do limite de idade para o grupo 78/79, participação dos trabalhadores na gestão da Petros, equilíbrio atuarial do plano, através de aportes de mais de R\$ 6 bilhões, entre outras conquistas pelas quais lutamos há mais de uma década.

A FUP disponibilizou em sua página na internet www.fup.org.br todas as documentações do processo: a íntegra do Termo de Transação Judicial, o relatório da perita que contesta o pedido de impugnação feito pelos Sindipetros LP e Pará, a ata da audiência judicial ocorrida no dia 28/07, os esclarecimentos solicitados pelo juiz da 18ª Vara Civil/RJ e uma apresentação detalhada sobre o Acordo de Obrigações Recíprocas.

Extensão do Acordo da Bacia de Campos

A FUP cobrou que a Gerência de Recursos Humanos da Petrobrás estenda para as demais bases do país o acordo conquistado pelos trabalhadores da Bacia de Campos. Além de normatizar os dias de embarque e desembarque, o acordo garante o reconhecimento do intervalo de 11 horas entre jornadas (interstício) e o retorno da manutenção para o regime de turno.

A Federação entende que este acordo deve ser extensivo aos trabalhadores das demais áreas de produção e exploração de petróleo do país, onde haja regimes de confinamento, em terra ou mar.

O acordo conquistado pelos trabalhadores da Bacia de Campos é fruto de uma luta histórica da categoria, que há mais de dez anos cobra a correção de uma série de distorções praticadas pela Petrobrás em relação à jornada e regime de trabalho dos petroleiros embarcados.

Interjornadas - A empresa passará a praticar o intervalo mínimo entre jornadas, que poderá ser recebido em dinheiro ou gozado em folgas.

Manutenção/turno - A Petrobrás retornará os trabalhadores da manutenção para o regime de turno, garantindo-lhes todos os adicionais.

Dia de desembarque - A empresa garantirá meio dia de folga por desembarque, limitado a 10 ocorrências por ano, conforme a escala 14x21.

Edição 857 - Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Redação e Diagramação: Alessandra Murteira - MTB 16763 Projeto gráfico: Cláudio Camillo MTB 20478 Estagiária de jornalismo: Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estêr, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney.